

ORIGENS DA EDUCAÇÃO (SEXUAL) BRASILEIRA E SUA TRAJETÓRIA

Oscarina Maria da Silva – NIEPSEF

A história da sexualidade é tão antiga quanto a história da humanidade. Durante todo este percurso encontramos as mais variadas formas de expressão da sexualidade ocidental, carregada de valores, estigmas e preconceitos de cada época e cada sociedade.

Nos três últimos séculos, há em torno do sexo uma valorização exagerada, tornando-o, desta forma, *o segredo, o problema*. As palavras para expressá-lo são controladas, definiu-se onde e quando, em quais situações e quem poderia falar dele. Uma das instituições liberadas para falar do assunto é a escola. Segundo Foucault, a partir do século XVIII, as escolas multiplicam-se, aperfeiçoam-se e aparecem como um dispositivo de poder. A sua função era disciplinar o corpo e o sexo do homem e da mulher. A sexualidade das crianças era um dos alvos principais de preocupação, afinal, na criança estava o futuro cidadão. Aliados aos pedagogos, os médicos passam a vigiar os hábitos solitários das crianças com o propósito de evitar o seu maior e mais perigoso vício: o onanismo. Este era visto como uma das patologias mais sérias daquela sociedade como podemos perceber na citação abaixo:

Os pedagogos e os médicos combateram, realmente, o onanismo das crianças como uma epidemia a ser extinta. De fato, ao longo desta campanha secular, que mobilizou o mundo adulto em torno do sexo das crianças, tratou-se de apoiá-la nesses prazeres tênues, de constituí-los em segredos (...); em todo canto onde houvesse o risco de se manifestarem, foram instalados dispositivos de vigilância, estabelecidas armadilhas para forçar confissões, impostos discursivos inesgotáveis e corretivos; foram alertados os pais e educadores, sendo entre eles semeada a suspeita de que todas as crianças eram culpadas e o medo de que eles próprios viriam a ser considerados culpados caso não desconfiassem suficientemente: tiveram de permanecer vigilantes diante desse perigo recorrente, foi prescrita a sua conduta e recodificada a pedagogia; e implantadas sobre o espaço familiar as bases de todo um regime médico-sexual. (Foucault,1990:71)

Não havia silêncio em relação ao sexo, sobretudo ao das crianças e adolescentes. Ao longo da história, este discurso vem envolvendo não só os especialistas, mas também pais, responsáveis e os próprios educandos. Vejamos com as próprias palavras do autor:

Seria inexato dizer que a instituição pedagógica impôs um silêncio geral ao sexo da criança e dos adolescentes (...). Falar do sexo das crianças, fazer com que falem dele os educadores, os médicos, os administradores e os pais. Ou então, falar de sexo com as crianças, fazer falarem elas mesmas, encerrá-las numa teia de discursos que ora se dirigem a elas, ora falam delas, impondo-lhes conhecimentos canônicos ou formando, a partir delas, um saber que lhes escapa, tudo isso permite vincular a intensificação dos poderes à multiplicação dos discursos.(Foucault, 1990:32).

Há séculos que se vem falando sobre sexo, mas tanto na escola como na sociedade de um modo geral, não há mudanças importantes em relação a ele. No século XVIII, os colégios parecem omitir-se, mas, ao se observarem os seus mecanismos de funcionamento, surgem neste momento como um espaço de poder que controla os corpos e o sexo dos alunos, de forma proposital.

Consideremos os colégios do século XVIII. Visto globalmente, pode-se ter a impressão de que aí praticamente não se fala em sexo. Entretanto, basta atentar para os dispositivos arquitetônicos, para os regulamentos de disciplina e para toda a organização interior: lá se trata continuamente do sexo. Os construtores pensaram nisso, e explicitamente. (...) O espaço da sala, a forma das mesas, o arranjo dos pátios de recreio, a distribuição dos dormitórios (com ou sem separações, com ou sem cortina), os regulamentos elaborados para a vigilância do recolhimento e do sono, tudo fala da maneira mais prolixa da sexualidade das crianças. O que se poderia chamar discurso interno da instituição – o que ela profere para si mesma e circulam entre os que a fazem funcionar – articula-se, em grande parte, sobre a constatação de que essa sexualidade existe: precoce, ativa, permanente. (Foucault, 1990:30).

O século XVIII, o século das luzes, aparece, então, toda uma literatura médico-pedagógica sobre a sexualidade da criança e do adolescente, na medida em

que esta criança e este adolescente se constituíam no futuro cidadão proclamado pela Revolução. Naquele momento, essa atitude era fundamental para a formação da sociedade europeia. Então, em nome da saúde pública, os médicos e os pedagogos eugenistas passaram a fazer parte das famílias e das escolas. Os médicos elaboravam discursos e os pedagogos projetos normalizadores do sexo que deveriam ser absorvidos pela família e pela escola. Se a família não estava dando conta da educação (sexual) das crianças, passava a ser obrigação da escola suprir esta falha familiar.

Na terceira década do século XIX, a família passou a ser considerada incapaz de cuidar e dar a devida educação a seus filhos, precisando da intervenção de um outro agente: o higienista. Assim, apareceram os internatos lançando mão do discurso da higiene com funções disciplinares e normalizadoras. As crianças eram isoladas do ambiente social que poderiam levá-las a desvios, e dentro deste contexto seriam controladas e formadas de acordo com os preceitos médicos.

O internato pode ser visto como o protótipo (de um) espaço disciplinar dedicado ao corpo. No microuniverso dos colégios a higiene antevia a sociedade ideal. As crianças, isoladas das influências do ambiente, prestavam-se docilmente aos ensaios médicos sobre educação física e moral. Os pequenos reclusivos seriam cobaias e o colégio laboratório. Separados das famílias, subter-se-iam com exclusividade às criteriosas regras da pedagogia higiênica. O novo Homem e a nova sociedade começariam a ser construídos no colégio. (Costa, 1979:180.)

As crianças permaneciam reclusas e só saíam nas férias, quando terminava o ano letivo, voltando, no ano seguinte, para continuar os estudos. O internato, além de instruir e educar, não se limitava a ensinar a ler, escrever e contar, era também adaptado para atender aspectos considerados essenciais à educação higiênica: a educação física, a educação moral, a educação intelectual e a educação sexual. As crianças eram separadas por sexo e as atividades eram prescritas de acordo com a idade e o sexo. Essa divisão nada mais significava do

que uma forma de se tentar controlar a sexualidade das crianças, portanto a sexualidade do futuro adulto.

...Não é possível entender por que aqueles que negavam a existência da sexualidade infantil separavam radicalmente os meninos das meninas no sistema educacional. Por que separá-los? O medo do contato entre os sexos os obcecava, embora afirmassem que, na verdade, crianças não têm interesses sexuais. É possível haver maior contradição? Os meninos eram separados das meninas, os rapazes das moças, os homens das mulheres, até na própria igreja. E, inclusive entre pessoas do mesmo sexo, eram necessárias prescrições de todo tipo para que a sexualidade fosse negada o máximo possível. Nos internatos havia normas obsessivas relativas à sexualidade (como se sentar ,despir-se, saudar, visitar um doente ou sair a passeio). (López,1989:24)

Por muito tempo meninos e meninas estudaram em escolas separadas, recebendo educação diferenciada; na época, poucos tinham acesso à escolaridade. Nessa sociedade, onde os pilares sociais se erguiam de forma patriarcal, a grande maioria das mulheres eram analfabetas. A primeira lei imperial sobre o ensino, em 1827, determinava a gratuidade da instrução primária a todos os cidadãos. Só que essa mesma lei estabelecia que as meninas deveriam aprender a ler , escrever, fazer as quatro operações, costurar e bordar, ficando a instrução secundária somente para os meninos, estabelecendo papéis sociais para o homem e para a mulher.

Deve-se registrar que toda a preocupação em torno da sexualidade do indivíduo ocorreu inicialmente somente nas classes privilegiadas. Sobre elas construíram e se aplicaram as técnicas mais rigorosas de controle sobre o corpo. Apenas a partir do final do século XVIII é que aparece a necessidade de também se cuidar da sexualidade do proletariado, quando este passou a constituir-se problema para o Estado. Era preciso de mão-de-obra sadia devido ao desenvolvimento da indústria pesada. Era preciso controlar a prostituição e as

doenças venéreas. A gênese da sexualidade é historicamente burguesa, sendo imposta posteriormente ao proletariado, como forma de sujeição.

A medicina social francesa, já instituída na Europa desde o século anterior, chega ao Brasil junto com a família real em 1808, com o propósito de higienizar as cidades e modificar os padrões de convivência social, sexual e educacional que colaboravam para a propagação de doenças e todos os males oriundos desta falta de educação sanitária. A medicina social ou medicina de higiene familiar defendia a família como um aliado do Estado.

Para uma melhor compreensão dos fatos, é necessário que abramos um parêntese para explicar o que foi essa medicina social do século XVIII que influenciou sobremaneira a atuação da higiene no Brasil. Surgiu na Europa e operou no Brasil visando a saúde da sociedade. Segundo Foucault, esta medicina está dividida historicamente em três modelos: o primeiro a da medicina de Estado, que teve seu auge na Alemanha, objetivava a saúde do Estado. O segundo, o da medicina urbana, surgiu na França em fins do século XVIII para atender às necessidades do processo de urbanização. O terceiro, a medicina da força de trabalho, surgiu em função do desenvolvimento industrial do século XIX.

A medicina social ou medicina familiar veio para o Brasil a serviço dos interesses do Estado, devendo convencer as famílias da necessidade da higiene, dos cuidados em relação a procriação, controle e prevenção de doenças e do bem-estar da criança e da mãe, instituindo assim, uma nova forma de educação.

Lentamente atitudes e modos considerados poucos higiênicos foram banidos do cotidiano das famílias, e roupas, comportamentos, e atitudes passaram a ser distintivos de classe e poder. A nudez, e o hábito de se sentar no chão eram símbolos de atraso cultural e pouco refinamento. Através da higiene a cidade foi sendo saneada das pestes e epidemias, e a família transformada em célula da sociedade.(Bassalo,2000:133).

A medicina teve amplo poder de atuação nesse período e a figura do médico foi introduzida nas casas e, com elas, modernas normas de higiene que auxiliaram na formação do homem, da família e da educação moderna. A higiene atuou e se

adaptou ao Império e à República contribuindo, desta forma, na construção de um Estado Moderno. Assim, a relação higiene-Estado foi de parceria. A pedagogia médico-higienista se impôs ao Estado, atacando a educação dada pela família e justificando a necessidade de reforma na Educação Oficial para uma atuação mais incisiva da escola na formação das crianças.

A educação sexual, entretanto, surgiu no Brasil somente no século XX, influenciada pelas concepções médico-higienistas preocupadas em combater a masturbação, as doenças venéreas e em preparar a mulher para o papel de esposa e de mãe. Em nosso país, uma das práticas mais perseguidas e condenadas por médicos e pedagogos foi o onanismo (masturbação), pois era tido como uma doença. Magreza, calafrios, sistema nervoso abalado eram sintomas provocados pela prática do mesmo, de acordo com prescrições dos médicos. Assim, todos os envolvidos na educação da criança deveriam estar atentos para evitar tal mal.

Nestes temas de vigilância, e particularmente de vigilância escolar, parece que os controles da sexualidade se inscrevem na arquitetura. No caso da Escola Militar, a luta contra o homossexualismo e a masturbação é contada pelas próprias paredes. (Foucault, 1992:213)

Outro mal era a prostituição, pois colocava em risco a saúde da família. Mas, na visão higienista, esta era também um mal necessário na medida em que ajudava a manter unidos os casais desajustados, cujos maridos satisfaziam-se nos prostíbulos, não precisando incomodar suas esposas nem sempre dispostas a cooperar. Outro aspecto positivo da prostituição era a manutenção da castidade das jovens casadoiras. Enquanto os pretendentes visitavam as mulheres de vida fácil, asseguravam a integridade sexual de suas futuras esposas, que se mantinham virgens até o casamento, conforme exigia a moralidade da época.

Essa medicina social esteve no Brasil com o nome estratégico de higiene familiar, pois, como foi dito anteriormente, o seu principal papel era defender a saúde da família reforçando que a higiene era o melhor para cada indivíduo em particular e para todas as famílias. Assim, passou a direcionar a nova ordem social, tornou-se o símbolo da educação da família nos aspectos da conduta física,

intelectual, moral, sexual e social. Outra preocupação higienista era o combate a dupla moral pautada em papéis sociais e sexuais distintos, onde o homem é o senhor, o superior, a autoridade máxima; a mulher era naturalmente submissa uma vez que ser mulher nesse tipo de sociedade significava inferioridade, fragilidade, e a sua atuação se restringia ao espaço doméstico.

Por outro lado a urbanização e o avanço do capitalismo trouxeram novos valores, e conseqüentemente requeriam uma nova mulher. A mulher enclausurada, sem contato com o mundo exterior cedia lugar a mulher auxiliar dos negócios no âmbito familiar, recebendo as visitas do marido, participando de almoços, jantares e conversas. O vestuário assume papel importante na construção dessa nova mulher europeizada, como um distintivo de superioridade da mulher da família patriarcal. A higienização da casa tornou-se um álibe na luta contra a família clássica, em favor da mulher e da criança (Bassalo,2000:133).

A partir da década de 20, iniciou-se, ainda que de forma tímida, alguma preocupação com a educação sexual no campo da educação escolar. Para que a sociedade caminhasse em direção à modernização, era necessário que o indivíduo conhecesse a fisiologia sexual nos moldes do discurso higienista. Começam então, por volta de 1928, a realização de congressos defendendo programas de Educação Sexual nas escolas para crianças com mais de 11 anos, lançando, assim, a idéia de que o espaço escolar seria um local apropriado para se discutirem os conhecimentos na área da sexualidade.

O jornal Diário da Noite, em 1930, realizou pesquisa pública para verificar opinião das pessoas no apoio à realização da educação sexual pelas escolas, tendo obtido como resposta uma grande aceitação por parte da população. Mas, como este sempre foi e continua sendo um assunto “perigoso” para a sociedade, eram naturais pontos de divergências quanto à metodologia e aos conteúdos programáticos a serem aplicados.

Apesar de nesse momento terem se iniciado as primeiras tentativas de implantação de uma educação sexual como parte da instrução escolar e também surgido vasta literatura na área da sexualidade mostrando essa preocupação, a atitude histórica dominante dos anos 40 aos anos 60 é de negação, ocultamento, proibição e obsessão em relação ao sexo.

Durante este período, a atitude predominante era de negação, imposição de tabu, proibição e obsessão. Negação porque fazia todo o possível para reduzir a sexualidade a algo secreto. Com efeito, não se podia falar sobre ela. Se as pessoas o faziam era para se auto-acusarem em confissão ou como argumento de gracejo malicioso. Imposição de tabu porque qualquer tema referente à sexualidade, embora enormemente carregado de significado e interesse adquiria o caráter de intocável e indiscutível. (...) Quando, apesar de tudo, emergia alguma manifestação sexual, perseguiram-na com grande rigor a lei, a moral ou os costumes. Essa situação de repressão interna e externa tornava inevitável uma contínua obsessão pelo tema. Por isso os moralistas e legisladores referiam-se a ele e enfatizavam-no sem cessar, enquanto os indivíduos eram obrigados a querer o impossível tentando negar todo desejo fantasia e comportamento sexual. Desse modo, o tema sexual fazia-se de maneira onipresente em gracejos e normas que hoje nos parecem absurdos. Aqueles que pretendiam libertar-se da sexualidade acabavam por ter de lutar continuamente contra ela. (López,1989:23-24).

A década de 60 foi marcada por mudanças políticas muito fortes, principalmente com o advento do golpe de 1964, quando os militares passaram a comandar os rumos do país. Repressão era a palavra do momento. Este período repressivo deixou marcas no processo de implantação oficial de uma educação sexual nas escolas. Todos os projetos e investidas neste sentido foram barrados, e em termos oficiais nada foi feito.

Em 1971, a Lei 5.692/71 determinou a obrigatoriedade da Orientação Educacional desenvolvida pelo orientador educacional com formação superior em todas as escolas. Este profissional, embora sem formação específica na área da sexualidade acabou por enveredar por este caminho devido ao caráter de proximidade e intimidade com o problema do educando no desenvolver do processo educativo. Ainda de acordo com esta mesma Lei que fixa as diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, não havia nenhuma proibição formal contra a educação sexual, o que se encontra realmente sobre o assunto é o parecer nº 2.264/74 do Conselho Federal de Educação, aprovado em agosto de 1974, e que menciona a educação sexual como um propósito a ser desenvolvidos nos programas de Educação da Saúde a nível de 2º grau. Fica claro então que, somente os especialistas da educação e da saúde é que poderiam tratar do assunto. Esta preocupação decorreu de um novo momento social-sexual surgido na década 60/70.

Nesse período, para contestar a repressão sexual, começaram a surgir por todo o país manifestações de repúdio ao modelo sexual repressor. Movimentos feministas e movimentos hippies levantando a bandeira da liberdade bem como o advento da pílula anticoncepcional trouxeram à tona um novo modelo de comportamento sexual.

Nos anos 80, essa nova situação requereu da educação formal diretrizes para nortear este novo modelo de comportamento sexual. O aumento da gravidez indesejada (principalmente na adolescência) e a proliferação das DSTs (doenças sexualmente transmissíveis) agravados ainda mais com o aparecimento do HIV e da AIDS, exigindo uma preocupação maior das autoridades nesta área.

A partir de meados dos anos 80, a demanda por Orientação Sexual nas escolas se intensificou devido a preocupação dos educadores com o crescimento da gravidez indesejada entre adolescentes e com o risco da contaminação pelo HIV (vírus da Aids) entre os jovens. (Brasil, 1995:1).

O problema da Aids e das DSTs traz a necessidade de implantação de uma educação sexual escolar. A escola sendo um espaço de convivência social, amorosa, emocional do jovem e onde ele permanece boa parte de sua vida, não pode se omitir frente a gravidade da doença, considerando que a sua principal via de transmissão é a via sexual; por isso a necessidade de um trabalho de educação sexual escolar junto aos alunos. Infelizmente foi necessário que surgisse algo tão ruim como o HIV e a Aids para que a sexualidade do homem e da mulher fosse pensada pela educação, e não como parte integrante da vida de qualquer ser humano, mas sim como um dispositivo que tem como função principal responder a uma emergência, a da doença.

Em 1995, a educação sexual nas escolas ganhou impulso com a proposta de implantação dos PCN - Parâmetros Curriculares Nacionais (que oferecem diretrizes mais claras às políticas para a educação referente ao ensino fundamental). Ela surge no currículo como Orientação Sexual de forma transversal, ou seja, a orientação sexual será trabalhada em todas as disciplinas e será da responsabilidade de todos os professores.

... significa que tanto a concepção quanto os objetivos e conteúdos propostos por Orientação Sexual encontram-se contemplados pelas diversas áreas do conhecimento. Dessa forma, o posicionamento pelo tema Orientação Sexual, assim como acontece com todos os Temas Transversais, estará impregnando toda a prática Educativa. Cada uma das áreas tratará da temática da sexualidade por meio da sua Própria proposta de trabalho. (...) O trabalho de Orientação Sexual se dará, por tanto, dentro da programação, por meio dos conteúdos já transversalizados nas áreas do currículo, e extraprogramação, sempre que surgirem questões relacionadas ao tema. (Brasil,1998:307-308).

Como vimos, a preocupação em implantar um programa de Educação Sexual nas escolas continua tendo como pilar de sustentação a saúde das crianças e dos

adolescentes e, conseqüentemente, da família. Segue-se o modelo médico-higienista já citado anteriormente, com o objetivo de consolidar uma sociedade fisicamente sadia. A sexualidade é uma questão da própria sociedade, uma questão de cidadania. Neste sentido, a educação sexual escolar deve proporcionar uma reflexão voltada para as múltiplas formas de manifestações da sexualidade humana e o lugar que estas manifestações ocupam em nossa sociedade: o sexo, o desejo, o medo, o amor, o corpo biológico, o corpo social, o corpo cultural, a paixão, a sensibilidade, os papéis sociais e os papéis sexuais. Então cabe a escola se fazer presente, não como controladora da vontade do sujeito, mas como instância propiciadora de reflexão sobre o assunto. A educação sexual é antes de tudo Educação, e como tal tem o papel de provocar mudanças. Mudanças estas que tornem os seres humanos cada vez mais humanos. Por isso vale a pena ressaltar aqui que a educação sexual

... deve estar a serviço da felicidade da pessoa humana, preparando-a para, através do uso responsável da liberdade, ser um agente eficaz de promoção da felicidade individual e coletiva. A Educação Sexual deve estar a serviço do indivíduo e da sociedade. (...) Eu diria que a Educação Sexual deve estar voltada para o amor. O amor não entendido apenas como atração biológica. Tesão física pelo outro. Amor entendido como uma necessidade unilateral de receber, de tirar alguma coisa do outro. Amor entendido como amor romântico, que deifica o outro, uma forma de amor que não se conforma apenas em dar. Eu me refiro ao amor maduro que é dar e receber, que é amar e ser amado, que é comunicação bilateral. Promover este tipo de amor é que é a verdadeira finalidade da Educação Sexual. (Cavalcanti,s/d:4-5)

Podemos perceber através da história e da história da educação (sexual) brasileira, que esta tem suas raízes fundamentadas na medicina social do século XVIII, com objetivos claros de cuidar da saúde da sociedade. É necessário frisar, no entanto, que o momento histórico atual da nossa sociedade clama por uma educação sexual voltada para a formação global do indivíduo, ressaltando valores

um pouco esquecidos, tais como: a solidariedade, o respeito, a cooperação. Enfim, lidar com os sentimentos de amor ao próximo.

Diante do exposto, podemos concluir que a educação sexual no Brasil ainda está em construção e que, no campo dos estudos historiográficos, ainda há muito que descobrir.